



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

VILSON GUEDES TAVARES

**A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM ESCOLAS MUNICIPAIS DA
CIDADE DE CASTANHAL- PA**

**CASTANHAL/PA
2019**

VILSON GUEDES TAVARES

**A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM ESCOLAS MUNICIPAIS DA
CIDADE DE CASTANHAL-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado à Universidade
Federal do Pará do Campus de
Castanhal, como requisito para
obtenção do grau de Licenciado
em Educação Física. Sob a
orientação do Prof^o.Msc. Rafael
Oliveira da Silva.

CASTANHAL/PA
2019

VILSON GUEDES TAVARES

**A INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA EM ESCOLAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE
CASTANHAL- PA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação Física, da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Castanhal, como requisito necessário para obtenção do grau de Licenciatura em Educação Física.

Aprovado em: 27/06/2019

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Msc. Rafael Oliveira da Silva
Orientador
Faculdade de Educação Física-UFPA

Prof.^a Dr.^a. Darinez Lima Conceição
Membro Interno
Faculdade de Educação Física-UFPA

Prof.^o Dr.^a. Dalva de Cássia Sampaio dos Santos
Membro Interno
Faculdade de Educação Física-UFPA

Dedicatória

Dedico a toda minha família e em especial a minha filha, Maria Isabella.

Dedico também, aos colaboradores do trabalho e todos os que de forma direta ou indireta, contribuíram para a construção do mesmo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por abrir portas que me conduziram até aqui, sei que sem ele nada disso estaria acontecendo.

Em segundo lugar, agradeço a minha família, em especial meus pais, minha esposa e minha irmã, por terem acreditado no meu potencial e não medirem esforços para que eu pudesse realizar este sonho.

Não posso esquecer de uma pessoa que começou a fazer parte de nossas vidas na metade dessa caminhada, mas que logo se tornou uma das minhas prioridades e foi nela que busquei forças nos momentos mais difíceis e foi quem me inspirou para continuar. Maria Isabella, te amo minha filha.

Ao meu orientador Prof^o. Msc. Rafael Oliveira da Silva, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

A banca examinadora por ter aceitado o convite de participar de minha defesa e pelas contribuições nesse trabalho.

RESUMO

A deficiência existe desde a história antiga e com o passar do tempo seus conceitos e formas de aceitação sofreram diversas mudanças. Na atualidade existem leis que promovem condições de igualdade e inclusão social a pessoa com deficiência. A deficiência visual abrange baixa visão e cegueira, que pode ser classificada como leve, moderada, severa ou profunda e suas causas podem ser variadas. Neste contexto, os alunos com deficiência visual sentem dificuldades em participar das aulas de educação física? O presente estudo caracteriza-se como qualitativo e buscou analisar a inclusão dos alunos com deficiência visual nas aulas de educação física das escolas municipais de Castanhal-PA, através de suas próprias concepções de inclusão. Participaram do estudo quatro alunos com deficiência visual, dois do sexo masculino e dois do sexo feminino, com idade entre 13 e 18 anos, cursando o ensino fundamental. Foi aplicado um questionário com 14 questões onde as respostas foram gravadas através de um aparelho celular. Os alunos vinculam a inclusão com suas participações nas aulas e apesar de sentirem-se inclusos, os mesmos sugerem mudanças e adaptações para que possam ter aulas de qualidade e conseqüentemente, ter um melhor desempenho escolar.

Palavras-Chave: Inclusão; deficiência visual; educação física.

ABSTRACT

Deficiency has existed since ancient history, and over time its concepts and forms of acceptance have undergone several changes. At present there are several laws that promote conditions of equality and social inclusion for the disabled person. Vision impairment involves low vision and blindness and can be classified as mild, moderate, severe or profound and its causes may be diverse, but do visually impaired students experience difficulties in attending physical education classes? The present study is characterized as qualitative and sought to analyze the inclusion of students with visual impairment in the physical education classes of the municipal schools of Castanhal-PA, through their own conceptions of inclusion. Four students with visual impairment participated, two male and two female, between the ages of 13 and 18, attending elementary school. A questionnaire was applied with 14 questions where responses were recorded through a cellular device. Students link inclusion with their participation in classes and although they feel included, they suggest changes and adaptations so that they can have quality classes and, consequently, have a better school performance.

Key words: Inclusion; visual impairment; physical education

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	9
2.	MATERIAIS E MÉTODOS	15
2.1.	Justificativa	15
2.2.	Metodologia da pesquisa.....	15
2.3.	Procedimento de coleta.....	16
3.	RESULTADO	18
3.1.	A relação do deficiente visual com o corpo escolar.....	18
3.2.	A inclusão na perspectiva de outro deficiente visual	19
3.3.	A inclusão através de suas perspectivas.....	20
4.	DISCUSSÃO	21
5.	CONCLUSÃO	24
	REFERÊNCIAS	25
	ANEXO	28

1. INTRODUÇÃO

Na história antiga, crianças que nasciam com alguma deficiência eram sacrificadas ou abandonadas, por serem consideradas incapazes de contribuir com a comunidade em que viviam. O homem antigo precisava ter um corpo saudável para buscar alimentos e enfrentar perigos, garantindo a sua sobrevivência (JUCÁ, 2018).

Em Esparta onde exaltava-se a estética e a perfeição corporal, a deficiência era vista como uma monstruosidade. Por exemplo, quando havia nascimentos, os bebês eram levados até o conselho espartano que o analisavam e se alguma deficiência fosse constatada, as crianças eram lançadas ao mar ou em precipícios. Já em Roma, os bebês que nasciam precocemente ou com alguma deficiência não tinham sua vitalidade reconhecida e os pais não precisavam sacrificá-los, mas existia a opção de abandonar as margens dos rios onde pudessem ser acolhidos por escravos ou pessoas pobres (JUCÁ, 2018).

Na modernidade, com o avanço da ciência e da medicina, a deficiência deixou de ser vista de forma fantasiosa ou algo atrelado a questões espirituais e visou minimizar o preconceito buscando a inclusão e possibilitando uma vida em sociedade (CORDEIRO, 2018).

A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2006 foi ratificada pela legislação brasileira em 2008, onde definiu pessoas com deficiência como:

[...] aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2008, p: 26).

A lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 reforça o direito a pessoas com deficiência, em seu artigo 1º diz que:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015, p: 01).

Segundo Silva (2011), a deficiência dificulta ou impossibilita a execução de atividades de vida diária, que são comuns para pessoas não deficientes. Além de suas limitações físicas e/ou psicológicas, pessoas com deficiência são restringidas a realizar atividades do cotidiano, principalmente por sua própria família, acarretando perda de autonomia. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008) ressalta que o fato da pessoa ser deficiente não quer dizer que ela é doente, portanto, uma pessoa não pode ter sua vida prejudicada em razão de sua deficiência.

Sobre esta perspectiva, a declaração de Salamanca (1994) assegura o direito à educação para todas as crianças, independente de suas características, necessidades e habilidades, promovendo a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em escolas regulares, além de facilitar a participação dos pais e da comunidade nas tomadas de decisões e planejamentos escolares em benefício dessas pessoas.

A LDB (Lei de Diretrizes e bases) no N° 9.394/96 é uma das mais importantes quando se trata de inclusão e em seu 58º artigo diz que a educação especial é uma modalidade de educação escolar voltada para pessoas com necessidades especiais, e quando necessário, serviços de apoio especializados serão prestados nas escolas regulares de modo a atender as peculiaridades dos alunos da educação especial. Já o seu artigo 206º garante: *“igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, além da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”*.

Quando analisamos o processo de inclusão de pessoas com deficiências nos sistemas educacionais, encontramos que no ano de 2008, o percentual de alunos incluídos em turmas regulares, era de apenas 31%. Em relação a infraestrutura escolar, como por exemplo, banheiros adequados aos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, as escolas de anos iniciais, apenas 37,1% possuem banheiros adaptados. Já em escolas nos anos finais, a 51,7% e nas de ensino médio 62,2%, apresentam adaptações de sua infraestrutura (INEP, 2017).

Na educação básica, 84,1% dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação estão incluídos em classes comuns. Já 61,3% das escolas brasileiras têm alunos com deficiência incluídos em turmas regulares. (INEP, 2017).

Nota-se que a demanda de alunos com deficiência tem aumentado e que a escola tem como umas de suas funções preparar este indivíduo para integrar-se à sociedade, porém para que a mesma desenvolva esse importante papel é necessário que profissionais estejam capacitados para prestar um serviço de qualidade e que atenda às necessidades dos alunos em geral.

Diante ao exposto ao tema das deficiências, é hora de tomar posições em defesa aos direitos violados das pessoas com deficiência. Pois mais importante que a criação de leis, é colocá-las em prática e assim buscar uma garantia de igualdade social (CARVALHO, 2012).

Portanto, como o conceito de deficiência é amplo, uma vez que o mesmo é composto por várias classificações como deficiência física, sensorial, mental e intelectual, é necessário expor mais sobre o tema central para o presente trabalho que é a deficiência visual.

A visão tem um papel muito importante na interação do sujeito com o meio no qual está inserido e com os que estão a sua volta. Porém, a sua ausência acarreta implicações e limitações importantes no desenvolvimento do indivíduo que vai além da perda de informações visuais (ALVES, 2013). Pessoas com deficiência visual, que geralmente estão sob dependência de terceiros, sofrem uma grande parcela de desvantagem ao confrontar-se com o mundo repleto de referências visuais (SANTOS e COSTA, 2015).

Em pessoas com deficiência visual, o significado do mundo é transmitido, em sua maioria, por videntes que utilizam muito menos outros sentidos e muito mais a visão como fonte de localização. Devido isso um vidente ao tornar-se cego encontra maiores dificuldades para adaptar-se ao cotidiano do que uma pessoa que já nasce cega. Por outro lado, cegos são mais sensíveis tanto em informações de sua própria percepção, quanto a informações repassadas por terceiros (NUNES e LOMÔNACO, 2010).

Segundo Nunes e Lomônaco (2010), deficiência visual tem um conceito abrangente, englobando baixa visão e cegueira. Na baixa visão recursos ópticos podem ser utilizados para auxiliar o deficiente, com óculos e lupas, já na cegueira, esses recursos tornam-se inutilizáveis.

Para Gomes *et al.*, (2013) cegueira é a ausência total de visão até a perda da capacidade de indicar projeção de luz. A baixa visão é a condição que varia desde a capacidade de indicar projeção de luz até a redução da acuidade visual ao grau que

exige atendimento especializado. A deficiência visual não tem como alvo uma faixa etária específica. Por exemplo, bebês podem nascer sem visão e outras pessoas podem tornar-se deficientes visuais, em qualquer fase da vida, desde os primeiros dias de vida até a idade adulta.

Do total da população brasileira, cerca de 23,9% (45,6 milhões de pessoas) declararam ter algum tipo de deficiência. Entre as deficiências declaradas, a mais comum é a visual, atingindo 3,5% da população. Na região norte, cerca de 3,6% da sua população tem algum tipo de deficiência visual e na população paraense, 3,3% das pessoas também tem essa deficiência. Já na cidade de Castanhal, 6.236 habitantes, possuem algum tipo de deficiência visual, o que equivale a 3,1% da população (IBGE, 2010).

A deficiência visual pode ser classificada como leve, moderada, severa ou profunda e sua causa pode ser congênita que se dá através de: amaurose congênita de Leber, malformações oculares, glaucoma congênito, catarata congênita. Pode ser também adquirida, por: traumas oculares, catarata, degeneração senil de mácula, glaucoma, alterações retinianas relacionadas à hipertensão arterial ou diabetes (REIS, 2011).

Pessoas que apresentam qualquer problema que venha a resultar na perda completa da visão de um dos olhos, não é considerada como deficiente visual, para que isso ocorra à limitação deve atingir ambos os olhos. Mas, existem pessoas com baixa visão nos dois olhos e que são considerados deficientes (GOMES *et al.*, 2013).

A deficiência visual de acordo com o conceito de *Acuidade* nos diz que:

É a capacidade de distinguir detalhes, dada pela razão entre o tamanho do objeto e a distância onde está situado; refere-se à clareza da visão, que oscila entre a visão completa e a falta de visão. À medida que a acuidade diminui, a visão torna-se cada vez mais imprecisa. (Reis, 2011, p: 08)

A OMS (Organização Mundial da Saúde, 2009) classifica a deficiência visual de acordo com as classes de acuidade expostas no quadro abaixo.

Quadro 1: Classificação de deficiência visual.

Classificação	Acuidade Visual	Auxílios
Normal	20/12 a 20/25 pés	Bifocais comuns
Próxima do normal	20/30 a 20/60 pés	Bifocais mais fortes lupas de baixo poder
Visão moderada	20/80 a 20/150 pés	Lentes esferoprismáticos lupas mais fortes
Baixa visão severa	20/200 a 20/400 pés	Lentes esféricas lupas de mesa alto poder
Baixa visão profunda	20/500 a 20/1000 pés	Lupa montada telescópio magnificação vídeo bengala / treinamento o-m
Próximo à cegueira	20/1200 a 20/2500 pés	Magnificação vídeo livros falados, braille aparelhos saída de voz bengala / treinamento o-m
Cegueira total	SPL (Sem Percepção de Luz)	Aparelhos saída de voz bengala / treinamento 0-m

Fonte: OMS (2009).

É importante ressaltar que independente do que tenha causado a perda de visão, se houver um tratamento precoce e de forma adequada existem mais possibilidades do indivíduo adaptar-se a sua rotina e conquistar mais autonomia para realizar suas atividades diárias (FARIAS, 2011).

Na atualidade são perceptíveis os desafios que o professor de educação física encontra para tornar suas aulas inclusivas. Reinaldo (2017) afirma que a escola inclusiva é um lugar onde todos devem sentir-se acolhidos, visíveis e respeitados independente de gênero, condição financeira, cultura, raça ou qualquer outra diferença, percebida ou não, enquanto ser humano.

Escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. A deficiência visual não impossibilita ao aluno a realização das mesmas atividades que os demais, ainda que para isso leve mais tempo (CARVALHO 2012).

Segundo Castro (2015), a escola deve atuar como facilitadora da comunicação e da difusão de informações sobre deficiência, visando estimular a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência. Porém, apenas participar das aulas não é suficiente para que este aluno sintam-se incluído, o professor deve dar o mesmo tratamento para todos, livre de preconceitos e fazer com que haja um senso de igualdade para com a turma.

O professor deve sempre atentar-se ao seu roteiro de atividades, pois ele deve adaptar suas aulas aos alunos, de forma a atender as necessidades de todos. Para que a inclusão possa ocorrer é imprescindível que os(as) docentes possam preparar-se e qualificar-se para que na escola a inclusão do deficiente, do estranho, do dessemelhante não se constitua em obstáculos ao ensino (COSTA, 2010).

A dificuldade da inclusão nas escolas não está apenas no estudante deficiente visual, pois este busca demonstrar suas capacidades e dar indicativos para melhoria do processo de inclusão. Mas algumas escolas não possuem estrutura adequada, profissionais capacitados e recursos pedagógicos para que estes participem do processo de inclusão (COSTA, 2010).

A educação física tem um grande papel no que diz respeito a inclusão de deficientes visuais, pois sua prática permite ao aluno ter concepção do próprio corpo e assim sentir-se mais seguro para realizar atividades de vida diária. É importante que toda a instrução seja verbalizada, dando possibilidade para o que o aluno portador de deficiência visual entenda a atividade proposta (CARVALHO, 2012).

A cegueira pode acarretar para a pessoa sentimento de insegurança, inferioridade e solidão causados principalmente pela falta de autonomia e necessidade de proteção. As aulas de educação física são capazes de quebrar barreiras que limitam o deficiente visual, pois através dela o aluno pode se redescobrir e ir além de suas limitações, assim como experimentar as mesmas vivências que os alunos videntes e ainda desconstruir o paradigma de que o deficiente visual é incapaz e indefeso (ALVES, 2013).

As aulas de educação física podem ser uma ferramenta para o desenvolvimento motor de alunos com deficiência visual, pois podem adquirir e/ou melhorar capacidades físicas como equilíbrio, agilidade, coordenação motora e entre outros. Assim, podem conquistar autonomia em seus afazeres, desde que hajam as adaptações necessárias para que as necessidades e limitações sejam superadas (BRANCATTI, 2014).

Por tanto, os estudos citados acima fazem um apanhado sobre deficiência visual e as dificuldades enfrentadas por alunos para que possam estar inclusos nas aulas de educação física. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar a inclusão dos alunos com deficiência visual nas aulas de educação física das escolas municipais da cidade de Castanhal-PA.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

2.1. Justificativa

O presente trabalho justifica-se pelo fato de que, embora existam leis que asseguram a educação como um direito de todos, principalmente pessoas com deficiência, a maioria das escolas não são inclusivas, seja por falta de materiais pedagógicos, estrutura física ou de profissionais qualificados, diante disso, buscamos verificar a necessidade de mudanças nas aulas de educação física, de modo a torná-las inclusivas para alunos com deficiência visual. Para Andrade (2013, p: 22) *“a mudança é necessária dentro da escola, mudando desde os currículos, avaliações, temporalidade, formação de professores até as intenções, atitudes e comportamentos que permitam que isso efetivamente ocorra”*. O que é objetivo do presente trabalho, verificar se há realmente a inclusão de alunos com deficiência visual nas escolas municipais de Castanhal.

2.2. Metodologia da pesquisa

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa. Buscando não se preocupar com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização. A pesquisa qualitativa inclui observações de campo que além da pesquisa bibliográfica

e/ou documental, realiza-se coleta de dados junto a pessoas (GERHARDT e SILVEIRA , 2009).

2.3. Procedimento de coleta

O estudo iniciou com um levantamento do número de alunos com deficiência visual matriculados na Secretaria Municipal de Educação de Castanhal (SEMED). Pelo levantamento, 9 escolas foram identificadas que trabalham com alunos com deficiência visual, sendo um total de 12 alunos encontrados. 10 alunos são matriculados em escolas da zona urbana e 2 alunos na zona rural do município de Castanhal.

Após o levantamento foi realizado visitas as escolas para autorização da direção e dos responsáveis dos alunos, para a participação da pesquisa. Foi aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e após o retorno, foi marcado o dia para realização da entrevista, através de questionário, de acordo com a disponibilidade dos alunos, de modo a não interferir em suas aulas.

Os critérios de inclusão foram: I) Estar matriculado na rede municipal de ensino; II) Não apresentar dispensa médica para participação nas aulas de educação física.

Para exclusão dos participantes adotou-se os seguintes critérios: I) Alunos que apresentaram dificuldade de expressar-se durante a entrevista; II) Alunos cujos pais e/ou responsáveis não concordaram e não assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido; III) Alunos que por algum motivo se recusaram a participar; IV) Ser alunos do EJA, pois não tem aula de educação física.

Aderindo aos critérios de inclusão e exclusão, o número de participantes final do estudo foi de 4 alunos, dois do sexo masculino e dois do sexo feminino, com idades entre 13 e 18 anos, todos cursando o ensino fundamental. O quadro 2 descreve as características dos participantes.

Quadro 2. Características dos participantes do estudo.

Participante	Idade	Sexo	Série	Deficiência
P1	16 anos	Masculino	6° ano	Baixa visão
P2	13 anos	Feminino	3° ano	Cegueira
P3	17 anos	Feminino	7° ano	Cegueira
P4	18 anos	Masculino	7° ano	Baixa visão

Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho.

Cada aluno foi entrevistado de forma individual e com a presença de seus respectivos professores, que não interferiram em suas respostas. O pesquisador iniciou com um breve diálogo para explicar ao entrevistado quais os motivos e a importância da atividade, tentando criar um ambiente amigável para deixar o participante a vontade em responder. O entrevistado também foi orientado a não responder, caso não sentisse preparado. Houve o registro das respostas por meio de gravação de voz no formato de MP3 em um aparelho celular da marca *SAMSUNG*, para posterior transcrição das respostas obtidas.

O questionário aplicado (Quadro 3) foi composto por 14 questões, subdivididas em três momentos: No momento inicial as respostas dadas as perguntas caracterizam a interação entre o “*aluno e o corpo escolar*”; no segundo momento as respostas dos entrevistados são dadas na perspectiva de outra pessoa na mesma condição que ele; e no momento final o mesmo responde através de sua própria perspectiva de inclusão nas aulas de educação física.

Quadro 3: Questionário de entrevista

<p><u>Momento inicial</u></p> <p>Questão 1: Como é a escola que você estuda?</p> <p>Questão 2: Como são seus colegas de classe?</p> <p>Questão 3: Como são seus professores?</p> <p>Questão 4: O que você mais gosta de fazer na sua escola?</p>
<p><u>Segundo momento</u></p> <p>Questão 5: O que significa para você estar incluído?</p> <p>Questão 6: Que tipo de coisa pode fazer outro aluno com a mesma deficiência visual que você se sentir mais incluído na aula de educação física?</p> <p>Questão 7: Que tipo de coisa pode fazer outro aluno com a mesma deficiência visual que você se sentir menos incluído na aula de educação física?</p>

Questão 8: Você pode me dar um exemplo de quando um aluno como você se sente mais incluído na aula de educação física?

Questão 9: Você pode me dar um exemplo de quando um aluno como você se sente menos incluído na aula de educação física?

Momento final

Questão 10: Como você se sente durante as aulas de educação física?

Questão 11: O que acontece nas aulas de educação física que faz você se sentir mais incluída?

Questão 12: O que acontece nas aulas de educação física que faz você se sentir menos incluída?

Questão 13: Você pode me dar um exemplo de alguma coisa que acontece na sua aula de educação física que faz você se sentir incluída?

Questão 14: Você pode me dar um exemplo de alguma coisa que acontece na sua aula de educação física que faz você se sentir menos incluída?

Fonte: Adaptado de ALVES(2013).

3. RESULTADOS

Os resultados obtidos através do questionário foram descritos em três tópicos, onde os alunos falam de suas relações com o corpo escolar, seus pontos de vista sobre as necessidades de outro deficiente visual e suas perspectivas de inclusão.

As respostas dadas pelos alunos na primeira parte do questionário não se voltaram apenas para a educação física, foi feita uma abordagem de modo geral, englobando todas as disciplinas e professores.

3.1. A relação do deficiente visual com o corpo escolar

O momento inicial do questionário é voltado para a interação do aluno com o corpo escolar e em todas as respostas obtivemos resultados positivos, pois os entrevistados nos mostraram satisfação. O indivíduo P3 diz que a escola: *“É legal e bem divertida”* e P1 diz que: *“É boa”*.

Segundo o relato de P2, nos revelou que existem necessidades de adaptações para pessoas com deficiência visual pois destaca que: *“É uma escola boa, mas precisa de mais adaptações, por exemplo, as salas não têm numeração*

em braille". Já P4, que possui baixa visão, ressalta sobre os métodos pedagógicos dos professores, dizendo: *"São bons, mas às vezes eles escrevem uma letra pequena aí eu não consigo ver direito"*.

Um dos principais fatores de inclusão é a comunicação do aluno deficiente visual com os professores e os demais alunos (ALVES, 2013). Nesta perspectiva, P2 diz que os professores: *"São legais e se esforçam para que eu participe das aulas igual aos outros"* e P3 diz que: *"São bons profissionais."* Quanto aos colegas de classe P2 afirma: *"São legais, eles brincam comigo, não são aqueles alunos que dizem: 'ah eu não vou brincar com ela por que ela é cega.' Eu me sinto inclusa."* P3 também mostrou ter uma boa convivência com o restante da classe quando diz: *"Me dou bem com todos, eles não me tratam com preconceito."* Outro exemplo dessa boa relação nos deu P4, que ao ser interrogado sobre o que mais gosta de fazer na escola respondeu: *"Conversar com meus amigos nas horas vagas [...]"*, P3 também relatou: *"Além de estudar, gosto de conversar e brincar com meus amigos"*.

3.2. A inclusão na perspectiva de outro deficiente visual

O segundo momento da entrevista é voltado a perguntas na perspectiva de uma outra pessoa com a mesma deficiência do entrevistado, bem como o significado de inclusão. As respostas obtidas também descrevem a participação dos deficientes visuais nas aulas de educação física e isso para eles é importante no processo de inclusão.

Quando avalia que tipo de atividade pode fazer uma pessoa com a mesma deficiência que a sua para se sentir incluso, P3 diz: *"Quase tudo, desde que tenha adaptações."* P4 afirma: *"Várias coisas, se o professor deixar"* e para P2 isso ocorre: *"Quando o professor faz uma atividade que a gente consegue participar"*. Também, o mesmo dá exemplos de atividades como: *"[...] pula corda, jogar bola"*. Porém, existem momentos que fazem o deficiente visual sentir-se menos incluído nas aulas de educação física, para P4 isso se dá: *"Quando ele é novato e não conhece a turma"*, já para P3 é: *"Quando não tem atividade voltada pra ele"*. P2 relata que: *"Tem umas atividades que são difíceis e a gente não consegue fazer"*, o mesmo complementa dizendo: *"Eu é quando não consigo rodar o bambolê"*. Existem

professores que contribuem para essa exclusão, quando P3 afirma não se sentir incluído: *“Quando o professor deixa sentado e de fora das aulas”*.

Apesar das perguntas serem voltadas para as necessidades do outro, notou-se que algumas respostas foram dadas de acordo com as necessidades do próprio entrevistado.

Observa-se que as respostas na perspectiva de outro deficiente visual são parecidas com a perspectiva do próprio aluno, no tópico anterior. Quando interrogados sobre o que pode fazer outro aluno com a mesma deficiência visual que o entrevistado para sentir-se mais incluído na aula de educação física P2 respondeu: *“Quando o professor faz uma atividade que a gente consegue participar”* e P4 relata: *“Várias coisas, se o professor deixar.”*

3.3.A inclusão através de suas perspectivas

No terceiro tópico os entrevistados falaram de como sentem-se nas aulas de educação física e sobre suas próprias perspectivas de inclusão.

A educação física é capaz de proporcionar bons momentos para seus participantes, pois através dela, os mesmos podem aprender e brincar ao mesmo tempo (SOUZA, 2013). Em relação as aulas de educação física P4 diz: *“Me sinto feliz, é um momento de descontração com meus amigos”*. P3 contou que: *“Na maioria das vezes me sinto incluída”*.

Porém, para que haja essa inclusão todos precisam participar. *“Eu me sinto incluído quando meus amigos me envolvem nas aulas”* relatou P4, e reforçou dizendo: *“Às vezes tem atividade que eu penso que não vou conseguir fazer, mas os meus amigos me ajudam e faço numa boa”*. Mas ainda que haja adaptações nem sempre os alunos sentem-se seguros a participarem das práticas, sobre isso, P1 diz: *“[...] as vezes tenho medo de me machucar”*. P3 também afirmou insegurança ao relatar: *“Quando eu preciso fazer a mesma coisa que os outros e não fazem adaptação, parece que esquecem que sou cega”*. P1 afirma que a única atividade que não participa é o *“Futebol, por que eu não gosto”*, já P2 acha que *“deveriam ter mais brincadeiras que eu pudesse participar”*.

Nos resultados obtidos não houve diferença entre os alunos cegos e os com baixa visão, pois todos mostraram ter dificuldades de participar das aulas de educação física e relataram suas necessidades para desfrutarem deste momento

4. DISCUSSÃO

Os resultados nos mostram a importância de estabelecer uma boa relação do deficiente visual com todos na escola, pois além de facilitar a sua participação nas aulas também ajuda no processo de inclusão e conseqüentemente no desempenho escolar deste aluno.

Segundo Ribeiro (2017) a relação professor-aluno deve ser de respeito e afeto. Porém, para complementar essa boa relação, é necessário que o professor leve para sala de aula práticas pedagógicas que contribuam nesse sentido. É importante que o professor esteja sempre em feedback com o aluno deficiente para saber até onde ele consegue desenvolver as atividades propostas e a partir de que momento ele precisa adaptá-las, isso faz com que o aluno sinta prazer em estar na escola e ter vontade de participar das aulas.

A falta de qualificação dos professores pode acarretar a uma série de fatores prejudiciais ao aprendizado dos alunos com deficiência visual, que vão desde a falta de interação até a evasão. A qualificação do professor é muito importante, principalmente para atuar com alunos deficientes, pois é perceptível a falta de preparo desses profissionais, que muitas vezes buscam justificativas e acabam dando margem para grandes falhas no processo inclusivo (IGNÁCIO, 2015). O autor ainda ressalta que a inclusão vive em constantes transformações, e há aparições de novas deficiências, mas quando o professor torna-se pesquisador este encontra-se preparado para enfrentar o cotidiano, assim possibilitando uma reconstrução do conhecimento.

Os participantes deste estudo relataram suas necessidades e sugeriram adaptações para as aulas, mostrando assim, interesse em participar das mesmas e fortalecendo a idéia de que o professor deve manter uma relação amigável e estar atento as necessidades de todos.

Sousa e Sousa (2016) diz que: “*a proposta da educação inclusiva se norteia justamente no pressuposto em que a escola possa oferecer um currículo flexível aos alunos com deficiência visual*”. O autor fortalece a idéia de adaptações no espaço escolar, o que foi sugerido pelos alunos desta pesquisa. Para melhor acessibilidade dos alunos com deficiência visual, as escolas devem contar com pisos táteis de texturas diferentes, demarcação de desníveis, placas de identificação em braile, bem

como livros e materiais pedagógicos adaptados para atender as necessidades dos mesmos.

Farias (2011) fortalece essa perspectiva dizendo que:

Ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, o sistema de ensino deve disponibilizar e capacitar profissionais da educação para o desenvolvimento de funções específicas para atender as necessidades educacionais especiais de todos os estudantes. (p: 21)

Os materiais, assim como a metodologia utilizadas nas aulas, são capazes de fazer com que o aluno deficiente visual participe do processo de ensino aprendizagem e desfrute das mesmas atividades que os colegas não deficientes. Para isso, o professor pode utilizar estratégias como colocar colegas de classe para auxiliar o aluno com deficiência visual, buscar meios fáceis de compreensão das atividades.

A escola precisa estar preparada para oferecer a mesma qualidade no ensino para todos os de alunos. Para Ribeiro (2017), os alunos com deficiência visual são capazes de desenvolver-se pessoalmente e intelectualmente, mas para que isso ocorra é necessário que seja oferecido a eles oportunidades de aprendizagem com novas metodologias e recursos didáticos adaptados a sua deficiência. Mollossi *et al.*, (2013) ressaltam que o emprego de materiais adaptados ao ensino de cegos é algo fundamental, uma vez que, com seu uso, as dificuldades desses estudantes podem ser superadas.

Os deficientes visuais precisam de um suporte que é desenvolvido de forma conjunta pelos pais e o corpo escolar para que estes sintam-se motivados e valorizados nas aulas, pois grande parte da evasão escolar de deficientes visuais são resultados de pouca acessibilidade e inclusão no ambiente escolar (SILVA, 2014).

A interação social do aluno deficiente visual com os demais serve para fortalecer vínculos de amizade e fazer com que esse aluno perceba a sua importância dentro do grupo, e assim, fazer com que o mesmo sinta-se valorizado e capaz de contribuir com a sociedade.

A participação dos alunos com deficiência nas aulas de educação física aumenta a troca de experiências com os alunos não deficientes, a interação, o respeito e a busca por objetivos semelhantes e diminui as diferenças existentes.

A relação do aluno deficiente visual com os não deficientes, que foi investigado na presente pesquisa, é de suma importância. Segundo Pereira *et al.*, (2009) as comunicações entre todos dentro da escola precisam ser claras e inteligentes de modo que respeitem a diversidade que há na cultura humana, pois o professor estabelece essa ligação através de atividades em que os mesmos possam participar de forma igual e livres de preconceitos e discriminações. A escola pode propor atividades em duplas ou em grupos, de forma que os deficientes visuais possam receber e dar auxílio aos demais.

Para Laguna (2012) o processo de troca de experiências de alunos videntes e não videntes é imprescindível, pois através da experiência com outras pessoas e também com materiais pedagógicos variados e atividades lúdicas, tornam-se atividades estimulantes para que o deficiente visual aperfeiçoe suas estruturas cognitivas.

Portanto, a escola para fazer-se inclusiva precisa estabelecer vínculos entre pais, alunos, professores e demais funcionários, para que as necessidades dos alunos com deficiência visual sejam identificadas, bem como, descobrir meios de suprir essas necessidades para que os mesmos possam desfrutar de seus direitos a educação, principalmente por meio da Educação Física.

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, percebemos as constantes batalhas que os deficientes visuais enfrentam para estarem inclusos nas aulas de educação física, bem como possíveis adaptações para atender a carência dos mesmos. Portanto, concluímos que os alunos com deficiência visual matriculados na rede municipal de Castanhal consideram-se inclusos nas aulas de Educação Física. Porém, adaptações ainda precisam ser feitas para que os mesmos possam ter aulas de qualidade e conseqüentemente, ter um melhor desempenho escolar. Não basta ter uma escola com estrutura de qualidade se os profissionais que ali atuam não estiverem qualificados para atender as necessidades de todos os alunos, por tanto sugerimos que mais estudos sejam feitos para que os resultados possam colaborar com essas mudanças, principalmente na perspectiva do fazer-pedagógico do professor de Educação Física.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Luiza Tanure. **O Aluno com Deficiência Visual nas Aulas de Educação Física: análise do processo inclusivo**. 2013. Tese (Doutora em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ANDRADE, Jéssica Kellery Levino da Costa. **Inclusão de alunos com deficiências no ensino regular em escola pública no município de Remígio-PB**. 2013. Monografia (Licenciada em Ciências Biológicas) - Universidade Federal da Paraíba, Areia.

ARAÚJO, Sandra Lúcia Silva; ALMEIDA, Maria Amélia. Contribuições da consultoria colaborativa para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 27, n. 49, p. 341-352, 2014.

BRANCATTI, Paulo Roberto. Educação física e esportes para alunos com deficiência visual. In: II CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES XII CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES. 2014, Águas de Lindóia-SP.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. *Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1996.

BRASIL. *Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 15 de maio de 2017.

CARVALHO, Liete Fonseca de. **A inclusão de deficientes visuais nas aulas de educação física**. 2012. Monografia (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Federal de Brasília, Ariqueemes.

CASTRO, Fátima Maria de. **O papel da apae frente à inclusão de estudantes com deficiência na rede pública de ensino em Carinhanha- BA**. 2015. Monografia (Especialista em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) - Universidade de Brasília, Brasília.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

CORDEIRO, Poliana Arruda. (2018). **Educação inclusiva: os paradigmas da inclusão para os alunos com deficiência física na escola regular**. Monografia (graduado em pedagogia) - Faculdade Anhanguera, osasco.

COSTA, Vanderei Balbino da. Inclusão escolar na educação física: reflexões a cerca da formação docente. *Motriz*, Rio Claro, v.16, n.4, p.889-899, 2010.

FARIAS, Vanusa Moreia. **A importância da atuação do professor frente a inclusão do aluno cego**. 2011. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão) - Universidade de Brasília, Brasília.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

GOMES, Marco Aurélio da Silva; MELO, Wirliane da Silva de; MELO, Marceli Pureza de; GOMES, Francisco Marlon da Silva; & DANTAS, Aldir de Azevedo. Os fatores de inclusão do deficiente visual nas aulas de Educação Física. *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires, ano 17, n. 177, 2013. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

IGNÁCIO, Tiago. **Os desafios da inclusão no ambiente escolar**. 2015. Monografia (Especialista em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Universidade de Brasília, Brasília.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010** – Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência. IBGE. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em 03 de junho de 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar 2017**. Brasília: MEC, 2018.

JUCÁ, Ana Carolina Del Castillo. *Das Principais Alterações Trazidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência: uma luta de séculos*, 2015. Disponível em: <<https://anadelcastillo.jusbrasil.com.br/artigos/266993334/das-principais-alteracoes-trazidas-pelo-estatuto-da-pessoa-com-deficiencia>>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

LAGUNA, Jacqueline de Cássia. **A utilização de diferentes recursos pedagógicos como auxílio na aprendizagem de alunos com deficiência visual**. Monografia (Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, Paraná.

MOLLOSSI, Luí Fellippe da Silva Bellicantta; Et al. Uma perspectiva sobre a inclusão de cegos: considerações de uma professora de matemática. *Benjamin Constant*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 58, p. 30-48, 2015.

NUNES, Sylvia & LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. O aluno cego: preconceitos e potencialidades. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 14, n. 1, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Disponível <<http://www.who.int/blindness/en/index.html>>. Acesso em: 03 junho de 2019.

PEREIRA, Josefa Lidia Costa; PEREIRA, Sandra Regina Costa & COSTA, Maria Piedade Resende da. Colegas videntes de alunos com deficiência visual falam sobre a inclusão. In: **CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**. 5, 2009, Londrina.

REINALDO, Telma Bonifacio dos Santos. (2017). DESAFIOS DE UMA ESCOLA INCLUSIVA: Um estudo sobre as políticas de Educação Inclusiva na escola atual. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-CONEDU**. 4, 2017, João Pessoa.

REIS, Elisangela dos. **O projeto de extensão da ESEF-UFRGS —"viver faz a diferença": um relato de experiência**. 2011. Monografia (Bacharel em Educação Física) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

RIBEIRO, Larissa Oliveira Mesquita. A inclusão do aluno com deficiência visual em contexto escolar : afeto e práticas pedagógicas. **Revista Educação, arte e inclusão**, v.13, n.1,p. 8–32, 2017.

SANTOS, Mariana de Sousa Siqueira., & Costa, Angelina Dias Leão. A orientação físico-espacial de pessoas com deficiência visual : conhecendo o usuário. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v.3, n. 15, p. 193–211, 2015.

SILVA, Osni Oliveira Noberto da. A importância da natação na vida de pessoas com deficiência visual. **Revista artigos.com**,v.1, p. 1-6, 2011.

SILVA, Tatiane Santos; LANDIM, Myrna Friederichs; SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. A utilização de recursos didáticos no processo de ensino e aprendizagem de ciências de alunos com deficiência visual. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**. v. 13, n. 1, p. 32-47, 2014.

SOUZA, Ana Cleia da Luz Lacerda; SOUSA, Ivaldo Silva. A inclusão de alunos com deficiência visual no âmbito escolar. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 6, n. 3, p. 41-50, jan. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/2310>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

SOUZA, Givania Maira De. **Educação Física Infantil** : a importância de Jogos e Brincadeiras em uma Escola Pública de Planaltina – GO. 2013. Monografia (Licenciatura em Educação Física) - Universidade de Brasília, Alto Paraíso.

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

PROJETO DE PESQUISA: A Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física do município de Castanhal-PA.

RESPONSÁVEL PELO PROJETO: Vilson Guedes Tavares.

ORIENTADOR: Prof.Msc. Rafael Oliveira da Silva.

Eu, _____, _____ anos de idade, RG _____, residente (rua, _____ Av., _____ bairro, CEP, cidade) _____,

autorizo a participação de meu filho e/ou dependente na presente pesquisa, a qual adotará os seguintes objetivos e procedimentos:

- O objetivo desse trabalho é analisar a inclusão dos alunos com deficiência visual nas aulas de educação física das escolas públicas de Castanhal.

- Esperamos com essa pesquisa compreender o que faz a criança se sentir aceita e como parte do grupo nas aulas de educação física escolar, bem como compreender aquilo que a impede de se sentir assim.

- Os procedimentos da pesquisa consistem em aplicar um questionário dividido em três blocos: 1) Uma conversa inicial; 2) Perguntas sobre inclusão; 3) O aluno em relação as aulas de educação física para conhecermos a experiência vivenciada pela criança com deficiência nas aulas de educação física.

- A pesquisa não apresenta riscos previsíveis para seus participantes e como benefícios, a participação na pesquisa permite melhor planejamento da aula de educação física para participação do aluno com deficiência.

- O pesquisador se responsabiliza por acompanhar o desenrolar da pesquisa e estará disponível para esclarecimentos sobre a mesma antes, durante e depois dos procedimentos aplicados.

- Os participantes da pesquisa podem se recusar a participar da entrevista, bem como em responder qualquer uma das suas questões em qualquer momento se prejuízo ou represália para o mesmo.

- O pesquisador se compromete em manter sigilo da identidade e das informações confidenciais obtidas dos entrevistados.

- Não haverá nenhuma forma de reembolso de dinheiro, já que com a participação na pesquisa não haverá qualquer tipo de gasto.

- Todos os sujeitos ou seus responsáveis receberão uma cópia do Termo de Consentimento Livre e esclarecido (TCLE).

Li e entendi as informações precedentes, sendo que dúvidas futuras, que possam ocorrer, poderão ser prontamente esclarecidas, bem como o acompanhamento dos resultados obtidos durante a coleta de dados. Declaro concordar em fornecer as informações solicitadas, sabendo estar garantido: o esclarecimento do que julgar necessário, bem como a liberdade de me recusar a participar ou retirar o consentimento, em qualquer momento, sem qualquer penalidade e/ou prejuízo.

Castanhal, _____ de _____ de 2019.

Assinatura Responsável

Vilson Guedes Tavares
Pesquisador